

revista Psicologias



ANO 2
Nº 2

O AVANÇO DO RETROCESSO

Qual o papel da psicologia no enfrentamento às práticas anti-democráticas e manicomiais que insistem em rondar a saúde mental brasileira

PÁG. 14

**DIA DA LUTA ANTIMANICOMIAL,
18 DE MAIO: MAIS DO QUE NUNCA
É PRECISO RESISITIR E LUTAR!**



PÁG. 11

**E-BOOK SOBRE CENTROS DE
CONVIVÊNCIA PUBLICADO PELO
CRP-RJ É USADO EM CURSO COM
TRABALHADORES DO SUS**

PÁG. 36

**PSICOLOGIA BRASILEIRA
ROMPENDO FRONTEIRAS:
CONSELHEIRO PEDRO PAULO
PARTICIPA DE REUNIÃO
INTERNACIONAL SOBRE A
REGULAÇÃO/PROIBIÇÃO
DE TERAPIAS DE "REVERSÃO
SEXUAL"**

PÁG. 44

EXPEDIENTE

GESTÃO DO XVI PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Diretoria executiva

Mônica Valéria Affonso Sampaio
Presidenta (CRP 05/44523)

Thiago Benedito Livramento Melicio
Vice-presidente (CRP 05/35915)

Achiles Miranda Dias
Tesoureiro (CRP 05/27415)

Alexandre Trzan Ávila
Secretário (CRP 05/35809)

Conselheiros Efetivos

Alexandre Vasilenskask Gil
(CRP 05/30741)

Céu Silva Cavalcanti
(CRP 05/57816)

Claudia Simões Carvalho
(CRP 05/30182)

Ismael Eduardo Machado Damas
(CRP 05/42823)

José Novaes
(CRP 05/980)

Julia Horta Nasser
(CRP 05/33796)

Mariana Chaves Ferreira Botelho
(CRP 05/32802)

Marinaldo Silva Santos
(CRP 05/5057)

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
(CRP 05/26077)

Roseli Goffman
(CRP 05/2499)

Thais Vargas Menezes
(CRP 05/33228)

Revisão, Edição e redação

Amanda Mesquita de Oliveira
Moreira, jornalista responsável
(MTB 39229/RJ)

Laís Torres Peixoto Fortuna
(ESTAGIÁRIA)

Projeto Gráfico e diagramação

Julia Lugon (MAT. 319)

Conselheiros Suplentes

Anelise Lusser
(CRP 05/38657)

Carolina Maria Dos Santos Silva
(CRP 05/29816)

Conceição Gama
(CRP 05/39882)

Cristina Rauter
(CRP 05/1896)

Ederton Quemel Rossini
(CRP 05/50996)

Gabriela De Araújo Braz Dos Santos
(CRP 05/56462)

Hildeberto Vieira Martins
(CRP 05/24193)

Isabel Scrivano
(CRP 05/26162)

Leonardo de Miranda Ferreira
(CRP 05/36950)

Marcello Santos
(CRP 05/17566)

Rodrigo Cunha Echebarrena
(CRP 05/28408)

Vera Lúcia Giraldez Canabrava
(CRP 05/1158)

Victória Antonieta Tapia Gutiérrez
(CRP 05/20157)

Comissão Editorial

Thiago Benedito Livramento Melicio
(CRP 05/35915) | | Coordenador

Isabel Scrivano
(CRP 05/26162)

Roseli Goffman
(CRP 05/2499)

Leonardo de Miranda Ferreira
(CRP 05/36950)

A revista *Psicologias* é uma publicação quadrimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

CARTA DA PRESIDENTA

Prezada Psicóloga, quero começar essa carta citando Paulo Freire, dizendo:

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Esse Esperançar fala muito da psicologia que estamos construindo, comprometida com as Políticas Públicas, com a Interiorização, com a Defesa intransigente dos Direitos Humanos e com a afirmação e defesa da profissão enquanto Ciência.

Vivemos momentos em que se fomenta um ambiente público aflito e bélico, que por vezes resulta numa atmosfera depressiva e com graves consequências para a Saúde mental. A sequência de notícias tenta por vezes nos desumanizar, nos tornar apáticos. “É necessário se espantar, se indignar e se contagiar” como diria nossa inspiração Nise da Silveira, “Só assim é possível mudar a realidade”.

Portanto é urgente que nós Psicólogas e Psicólogos nos "juntemos com o outro pra fazer de outro modo". É tempo de se costurar redes e criar laços que nos permitam de forma coletiva construirmos novos possíveis no nosso cotidiano.

Mônica Valéria Affonso Sampaio,

Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SILVEIRA, N. Porta aberta para o Eu: uma entrevista com Nise da Silveira. [Entrevista concedida a] José Tadeu Arantes. José Tadeu Arantes (Ganapati). 28 abr. 2015. [Disponível aqui.](#)

SUMÁRIO

EDITORIAL	05
VEM AÍ ELEIÇÕES	07
RETROSPECTIVA DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO	08
18 DE MAIO, DIA DA LUTA ANTIMANICOMIAL	11
O AVANÇO DO RETROCESSO: O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO ÀS PRÁTICAS ANTIDEMOCRÁTICAS E MANICOMIAIS	14
PSICOLOGIA, DEMOCRACIA E RELIGIOSIDADE	29
E-BOOK DO CRP-RJ É USADO EM CURSO DO SUS	36
ATUAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DA PSICOLOGIA DO TRABALHO	38
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: BALANÇO DA COMISSÃO	43
PSICOLOGIA BRASILEIRA ROMPENDO FRONTEIRAS	44
CONSELHEIRO DO CRP-RJ RECEBE CONJUNTO DE MEDALHAS PEDRO ERNESTO	45
11º COREP-RJ ELEGE A MAIOR DELEGAÇÃO DO BRASIL	48
BALANÇO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DA COMISSÃO DE EVENTOS	53
INFORME DO NÚCLEO PSICOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA	55
SAIBA MAIS SOBRE O NÚCLEO DE PSICOLOGIA E ESPORTE	56

EDITORIAL

A vida está sendo sufocada a gás e o corpo perfurado a tiros. Se vemos por um lado o esforço em fortalecer o sistema imune no enfrentamento de viroses e suas variantes, vemos por outro a fome escancarando a crueldade das conjunturas atuais. Na luta que boa parte da população encarna cotidianamente, socos têm sido desferidos na boca de um estômago vazio e debilitado. Encontra-se pouca coisa para comer em uma sociedade que historicamente alimentou e alimenta a concentração de renda, o racismo, o machismo e a heterocisnormatividade. Há um grande sistema que conecta esses e outros acirramentos das diferenças, mobilizando o ódio como resposta a tudo que escapa de um referente conservador, hipócrita e higienista da existência. A violência torna-se início, meio e fim de um processo capilarizado em corações e mentes de uma Subjetividade-Gatilho: a cada disparo um prazer efêmero com a destruição do outro.

05

Nas políticas públicas o desmanche e o sucateamento. Profissionais com vínculos trabalhistas precarizados perfilam na corda bamba, tentando sustentar o compromisso com o cuidado de um lado e o pagamento de boletos e de mercado de outro. Abaixo não há rede de proteção, acima, dificuldades com a gestão, e à frente uma fileira a perder de vista de usuárias e usuários com necessidades cada vez mais acentuadas. O desinvestimento de recursos e a falta de interesse político com a coisa pública convertem-se num corpo com pouca energia, cansado, que junto ao seu compromisso em promover saúde busca (sobre)viver.

O sucateamento é existencial. Grupos e coletividades juntam os trapos em meio a rivalidade social. O que se tem de construção de vínculo é um remendo frágil que tenta segurar a força impetuosa dos ventos dos desastres humano e socioambiental.

E a psicologia?

Nesse processo não há saídas provenientes de um ou outro campo isolado. É necessário articular-se, tornar suas fronteiras suficientemente porosas para que uma multiplicidade de territorialidades se combine de forma inventiva, garantindo passagem às singularizações. Mais do que a defesa de uma ou outra forma de psicologia, precisamos estar atentos a quais elementos do território psi estamos convocando e atualizando no nosso fazer profissional, verificando se estão reproduzindo ou consolidando um estado generalizado de impotência de vida ou se fazendo as possibilidades de vida se ampliar. Como nos diz Guattari, mais do que denunciar a subjetivação dominante, que beira o fascismo, cabe revelá-la em seu funcionamento, criando subjetividades delirantes que a façam desmanchar.

Thiago Benedito Livramento Melicio

Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro



VÊM AÍ

ELEIÇÕES 2022

De três em três anos, o Sistema Conselhos de Psicologia passa por um processo eleitoral para a escolha dos plenários à frente dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia. Psicólogas e psicólogos de todo o país são convocadas (os) a participar desse processo, contribuindo amplamente para a consolidação da democracia na Psicologia brasileira.

Conforme no pleito anterior, as eleições desse ano serão totalmente pela internet, garantindo a ampla participação da categoria e também maior transparência no processo eleitoral. Para as profissionais que tiverem dificuldade com o acesso à internet nos dias de votação, serão disponibilizados Pontos de Apoio à votação com computador e internet para a psicóloga exercer seu direito ao voto.

O voto é pessoal, obrigatório e exclusivamente online, incorrendo a eleitora que não votar em multa prevista na legislação vigente, salvo se apresentar justificativa, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da realização do pleito. Não será aceito voto por procuração. ■

**A ELEIÇÃO SERÁ
REALIZADA ENTRE OS DIAS
23 E 27 DE AGOSTO DE 2022**

RETROSPECTIVA DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE UMA GESTÃO MARCADA POR DESAFIOS E INOVAÇÕES

Como o XVI Plenário do CRP-RJ realizou 30 meses de gestão impactada por uma pandemia mundial

Em 21 de setembro de 2019, tomou posse a atual gestão do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) – o XVI Plenário. As (os) 30 psicólogas (os) eleitas (os) conselheiras(os) da atual gestão, naquela cerimônia de posse, não poderiam vislumbrar (assim como ninguém mais), que cerca de 5 meses depois estaríamos todas (os) em uma crise sanitária mundial: a pandemia da Covid-19.

Com isso, tudo o que havia sido planejado para a gestão teve que ser repensado e modificado, criando novos procedimentos e modos de fazer, atravessados pelo distanciamento social, pela doença e pelo luto.

O planejamento estratégico, que traçou as metas e as ações que seriam desenvolvidas, com base nas deliberações regionais e nacionais do 10º Congresso Regional da Psicologia (COREP) e do 10º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), foi adaptado para dar conta das imprevisíveis demandas que surgiram. A gestão criou o “Gabinete de crise Covid-19” para dar conta, com a agilidade necessária, de estabelecer normativas e processos que atendessem às necessidades da categoria, mantendo a

segurança sanitária por meio do distanciamento. A Resolução CFP 5/2020, que permitiu que psicólogas(os) do Brasil pudessem se registrar em formato totalmente eletrônico, teve participação decisiva do CRP-RJ.

A pandemia da Covid-19 agravou as condições de crise sanitária, ambiental e econômica, matando mais de 659 mil brasileiras e brasileiros, tendo cerca de 30 milhões de pessoas contaminadas, no Brasil. Neste contexto, ficaram evidenciadas as precariedades que vem sendo produzidas nos sistemas de saúde, em função do alto índice de contágio do vírus, implicando na sobrecarga do SUS – Sistema Único de Saúde e nas instituições de saúde suplementar.

Num dos momentos mais desafiadores da nossa história, a Psicologia brasileira se ressignificou, reafirmando potências que desabrocharam possibilitando que milhares de psicólogas e psicólogos continuassem exercendo a profissão e que as pessoas mantivessem o acesso à atenção em saúde mental: a regulamentação para o atendimento psicológico por meio das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e as práticas desenvolvidas no contexto das mais diversas políticas públicas são apenas alguns exemplos.

O CRP-RJ, integrado ao Sistema Conselhos de Psicologia, teve atuação determinante para encontrar estratégias que prosseguissem mantendo os serviços para a categoria, e encontrando soluções para que novas (os) psicólogas (os) recém-formadas (os) pudessem receber seus registros profissionais e entrar no mercado de trabalho, que passou a requisitar cada vez mais profissionais da Psicologia.

Foi possível se registrar remotamente e exercer a profissão também remotamente: não somente os serviços administrativos para a categoria foram todos revistos para

que fossem realizados pelas plataformas digitais, mas a própria normativa de atendimento psicológico por meio da TICs, foi revista e simplificada, permitindo o acesso e a promoção de saúde mental de milhares de brasileiros.

As orientações da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-RJ (COF), bem como as fiscalizações que resguardam profissionais e sociedade, chegaram por meio de videoconferência, fomentando o trabalho ético, crítico e comprometido.

Lives substituíram os eventos presenciais, levando pelas mídias e plataformas digitais conteúdo pertinente para capacitar cada vez mais nossa categoria. No período de 2 anos foram realizadas mais de 155 lives, com mais de 20.000 visualizações, revelando-se um potente instrumento de orientação, função precípua de nossa autarquia.

A Psicologia se fez presente e o CRP-RJ contribuiu para esta visibilidade e valorização da profissão: foram reportagens e entrevistas para os mais diversos canais de comunicação TV, rádio, portais da internet, jornais de grande circulação); uma homenagem inesquecível do Dia da Psicóloga com o Cristo Redentor em azul, cor da profissão; foram fiscalizações em hospitais de campanha e outras unidades de saúde, visando garantir condições adequadas de trabalho para psicólogas e psicólogos; foram [e-books \(livros digitais\)](#) publicados.

Foram muitas ações, estratégias e desafios nesses 30 meses de gestão. Durante todo o mês de abril de 2022, diariamente, foram publicados fotos, textos e vídeos para detalhar muitas dessas realizações, no intuito de compartilhar e relembrar o que foi conquistado em conjunto até aqui.

[Para ter acesso à série completa, clique aqui.](#) ■

18 DE MAIO

DIA DA LUTA ANTIMANICOMIAL.



MAIS DO QUE NUNCA É PRECISO RESISITIR E LUTAR!

Há 35 anos, o dia 18 de maio é celebrado no Brasil como o Dia da Luta Antimanicomial, estabelecida a partir do II Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, em 1987. A data tem sido, desde então, um dia para visibilizar de forma mais contundente a luta por uma sociedade sem manicômios, com o cuidado em liberdade, em rede e integrado à cidade, onde a diversidade humana não seja estigmatizada em laudos psiquiátricos e enclausurada em prescrições medicalizantes.

No atual momento, vivemos ainda sob os efeitos, já amenizados em razão da vacinação avançada e de outras medidas de enfrentamento como o uso de máscaras, de uma pandemia brutal, que levou a vida de milhares de pessoas, deixando tantas outras enlutadas. E diante da grave crise sanitária, testemunhamos o avançar dos ataques à ciência, à saúde, à democracia e aos direitos humanos mais básicos.

O alinhamento governamental a práticas neoliberais e de retrocessos nas políticas públicas, que não excluem um ataque à política pública de Saúde Mental, pode ser medido concre-

tamente em cortes sucessivos de investimento, como, por exemplo, o que propõe a Portaria 596/2022 do Ministério da Saúde, que diminui recursos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

É importante lembrar que a Lei nº 10.216/2001 da Reforma Psiquiátrica, que decretou o fim dos hospitais psiquiátricos no Brasil e a implementação de serviços territoriais substitutivos, representou e representa um avanço enorme na luta antimanicomial, mas essa conquista precisa ser protegida, pois mais do que nunca está sob ataque. O sonho de um tratamento dos sujeitos com sofrimentos mentais graves baseado na liberdade, e não na clausura, no cuidado, e não na tortura, parecia, enfim, ter se tornado realidade.

Entretanto, nos últimos anos, a inserção de Comunidades Terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o enfraquecimento programado dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ameaçam as conquistas árduas trazidas pelos movimentos sociais e pela Reforma Psiquiátrica brasileira. Algumas ações Há um projeto em curso da atual gestão do país que se opõe às práticas antimanicomiais e à luta social pela desinstitucionalização de pacientes com transtornos mentais.

Diante de tudo o que temos passado em termos de saúde pública, mais do que nunca temos a confirmação inequívoca de que o SUS público e de qualidade é imprescindível para o país, tornando fundamental o posicionamento crítico e ético de profissionais e conselhos de categorias em favor da saúde e da democracia.

E se lembrarmos o estrangulamento financeiro que o SUS vem sofrendo há anos, afetando diretamente os serviços de Saúde Mental, percebemos o quanto a Reforma Psiquiátrica está em risco. Por isso, a Psicologia deve estar implicada na luta por uma saúde pública, universal, gratuita e de qualidade.

Não é possível se omitir diante dessa realidade, nem tampouco considerar que a conquista já está posta. Há um grande mal-estar diante de uma série de situações que materializam os retrocessos nos serviços de saúde mental, a hipermedicalização, os efeitos psíquicos da pandemia, o aumento crescente de pessoas que vivem situação de insegurança alimentar e as que vivem em situação de rua, entre tantos outros aspectos.

Torna-se quase insuportável lidar com a lógica manicomial, tão presente no atual contexto sócio-político, em que a impossibilidade do diálogo ameaça a saúde mental. O momento, portanto, continua sendo de vigília, resistência e mobilização. E a Psicologia deve, no coletivo de seus profissionais, entidades e conselhos, reafirmar seu protagonismo na Luta Antimanicomial, reforçando seu compromisso ético de ampliar e fortalecer a desinstitucionalização total e irrestrita, rompendo com as amarras da camisa de força e derrubando os muros, inclusive os simbólicos, que, por séculos, enclausuram a loucura e a diferença.

O cuidado em liberdade, em rede e integrado à cidade é e sempre será o melhor “tratamento”. Loucura não se prende!!! ■

"O AVANÇO DO RETROCESSO": QUAL O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO ÀS PRÁTICAS ANTIDEMOCRÁTICAS E MANICOMIAIS QUE INSISTEM EM RONDAR A SAÚDE MENTAL BRASILEIRA

As políticas públicas de Saúde Mental são campo de disputa desde sua emergência no país, ainda no período colonial. Foram e, infelizmente, ainda são presentes neste campo estruturas e práticas de atenção à saúde centradas no modelo biomédico, que patologiza a diferença e que possui na institucionalização, e consequente exclusão do convívio social, uma das suas principais ferramentas de operacionalização de um suposto tratamento em saúde mental. Tal conjunto de saber-poder, caracteristicamente manicomial, passa a sofrer um maior tensionamento após a segunda guerra mundial, quando em muitos países há a observação de quanto o contexto de desumanização dos campos de concentração encontravam similitudes com os hospitais psiquiátricos. No Brasil, por sua vez, tal discussão se avoluma junto aos movimentos sociais atuantes na resistência à ditadura civil-militar (1964-1985) e na redemocratização do país. Trata-se de uma conjuntura social e política em que profissionais vão paulatinamente aproximando suas práticas das necessidades comunitárias, ao mesmo passo que diferentes camadas populacionais, historicamente invisibilizadas pelos processos colonizadores, escravocratas e de mercantilização da vida, vão assumindo protagonismo cada vez maior. É neste cenário que vemos ganhar

força as reformas sanitária e psiquiátrica, que tem no Sistema Único de Saúde, com os princípios equidade, integralidade e universalidade de acesso, seu principal fruto.

Desde os anos 1970 é possível apontar um processo de avanço progressivo e articulado no campo da saúde mental com diferentes setores e agentes sociais, que denunciavam as condições desumanas e degradantes as quais eram expostas as pessoas presas nos asilos e hospitais psiquiátricos. Surge, assim, do encontro dos trabalhadores de saúde mental, com participação ativa de usuários e familiares, a defesa não só de "uma sociedade sem manicômios", como também de uma lógica antimanicomial que transcende os muros dos hospitais psiquiátricos e que visa alcançar os modos de subjetivação, no sentido de uma sociedade diversa e integrada.

É importante reconhecer que houve avanços ao longo da luta antimanicomial. Mesmo com longo período de análise e muitas alterações, em 2001 foi aprovada a lei 10.216, que formaliza a perspectiva do cuidado em liberdade e em rede, integrado ao território e à cidade. Dez anos após temos a Portaria 3.088, da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que cria, amplia e articula de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento psíquico e com necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Entretanto, recentemente a política de Saúde Mental vem sofrendo com vários retrocessos que passam desde a privatização da saúde, inclusive na rede de atenção psicossocial, com o crescente corte de verbas em dispositivos como CAPS e Residências Terapêuticas (RTs), concomitantemente ao forte investimento em comunidades terapêuticas e outros dispositivos com características manicomiais.

A atenção psicossocial no Brasil vive atualmente uma crise sem precedentes na história da Reforma Psiquiátrica. Por

mais de trinta anos, o modelo de cuidado em saúde mental, pautado na liberdade, respeito e autonomia das pessoas com sofrimento psíquico, avançou lenta, porém sem grandes interrupções. Até que, desde 2016, vemos um processo acelerado de desmonte dos avanços alcançados pela Reforma Psiquiátrica: “o avanço do retrocesso”.

Somente no período de dezembro de 2016 a maio de 2019, por exemplo, foram editados cerca de quinze documentos normativos, dentre portarias, resoluções, decretos e editais, que formam o que a Nota Técnica 11/2019 do Ministério da Saúde veio a chamar de “Nova Política Nacional de Saúde Mental”. Essa ‘nova política’ incentiva a internação psiquiátrica, separa a política sobre álcool e outras drogas, orienta para o ideal autoritário da abstinência, em detrimento da política de Redução de Danos, se pautando numa abordagem proibicionista e punitivista das questões advindas do uso de álcool e outras drogas, muito fundamentados em preceitos morais religiosos.

O que o Brasil levou mais de três décadas para construir e, de alguma forma, consolidar como uma rede de cuidado pautada pelos princípios da luta antimanicomial, tem sofrido um grande processo de desmonte rápido e constante. Para entender um pouco mais sobre essa realidade alarmante, pensando sobre o papel da Psicologia no enfrentamento a esses retrocessos, ouvimos quatro psicólogas (os) atuantes na política de Saúde Mental brasileira: Thiago Melicio (CRP 05/35915) – conselheiro vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ –, professor do Instituto de Psicologia da UFRJ, pesquisador e militante na área das políticas de saúde integradas à rede de atenção psicossocial e atenção básica, já tendo sido coordenador do Núcleo de Saúde do Conselho; Erika Barbosa de Araújo (CRP 05/50040) – colaboradora do CRP-RJ e atual coordenadora do Núcleo de Saúde, psicóloga

na Prefeitura de Nova Iguaçu (Nasf), titular no Conselho Municipal de Saúde em Nova Iguaçu, coordenadora e professora do curso de Psicologia da Universidade Estácio de Sá (campus Nova Iguaçu); Alexandre Vasilenskas Gil (CRP 05/30741) – conselheiro e atual coordenador do Núcleo de Saúde Mental, conselheiro, tendo sido presidente, do Conselho Estadual de Saúde RJ, especialista em Gestão de Redes de Saúde (ENSP/Fiocruz), mestre e doutor em Saúde Coletiva (IMS/UERJ); membro do Fórum Estadual Contra Privatização da Saúde; e Rodrigo Echebarrena (CRP 05/28408) – que já foi coordenador do Núcleo de Saúde Mental do CRP-RJ, especialista em Saúde Mental (IPUB/UFRJ) e Saúde Pública (UNESA), mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), psicólogo da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e professor do curso de Psicologia da UNIGRANRIO. A entrevista ocorreu em conjunto, no dia 6 de maio de 2022, exclusiva para essa reportagem.

Segundo Melício, “esses últimos anos representaram, mesmo que possa soar paradoxal, um forte avanço do retrocesso. Seja por uma perspectiva privatista e/ou de investimento público em organizações como as comunidades terapêuticas, majoritariamente de base religiosa, seja por um ideário moralista e conservador que valoriza um determinado modo de vida em detrimento de outros, vemos ganhar força um certo olhar da saúde mental, que defende o abstencionismo e defende, sobretudo, uma política que não aceita a diferença e a quer modular segundo sua referência estética e política. Há uma tentativa de desmonte da rede criada em torno da reforma psiquiátrica, ao mesmo passo que vemos as comunidades terapêuticas terem mais recursos. Tivemos uma ameaça de ‘revogação’ de uma série de portarias que sustentam a RAPS. Então, o que a gente observa é tanto um desinvestimento e um sucateamento dos dispositivos de cuidado, quanto uma tentativa de reestruturar a RAPS em uma lógica manicomial. Hoje, mais importante do que defender

a RAPS é defender uma certa ideia de RAPS, que realmente seja pautada por uma rede substitutiva do cuidado integral, em liberdade, pautado por uma redução de danos e comprometida com a luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, que está referendada pela lei 10.216/2001”.

No que Vasilenskias acentuou “é evidente que nos últimos 3 anos, o cenário é de devastação. Nós temos uma política que une o ultraliberalismo de sufocamento orçamentário do SUS como um todo, e isso atinge também a saúde mental, aliada a uma política asilar e pró-manicomial, vindo de uma aliança muito irônica entre o fundamentalismo religioso que quer se apoderar de parte do fundo público da saúde com o corporativismo psiquiátrico. Um exemplo de tal aliança é o apoio as comunidades terapêuticas, que são instituições que comprovadamente não funcionam naquilo que elas se propõem, que é a abstinência. Então, não é uma discussão técnica, é uma discussão simplesmente de apropriação teocrática e privatista do orçamento da saúde”. “Porém, é preciso dizer que esse cenário de devastação não começou nos últimos anos, (...) As comunidades terapêuticas, por exemplo, foram inseridas na RAPS em 2015, no próprio marco institucional da RAPS”, pontuou.

De fato, se pensarmos em termos de contextualização histórica, os antecedentes imediatos às mudanças na Saúde Mental foram a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, que acarretou em uma reorientação radical das políticas sociais. No mesmo ano, o novo governo (Temer) instituiu uma medida provisória, que posteriormente tornou-se a Emenda Constitucional 95/2016, determinando o congelamento por 20 anos dos recursos destinados a diversas políticas sociais, dentre elas o SUS. Foi iniciado aí um período, agravado nos anos seguintes, de redução do já insuficiente financiamento para o sistema público de saúde.

É necessário ainda remontar a um fato histórico relevante, ocorrido no semestre imediatamente anterior à deposição da presidenta: a Portaria 2.043, de 11 de dezembro de 2015, que nomeia Valencius Wurch Duarte Filho para exercer o cargo de coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Departamento de Atenção Especializada e Temática, da Secretaria de Atenção à Saúde. Este foi um indicativo de que estava por vir uma mudança de direção em relação à Saúde Mental: Valencius foi diretor técnico da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi, RJ – instituição que, durante os anos 2000, havia passado por uma intervenção do Ministério da Saúde com indicação de que fosse posteriormente fechada, devido à constatação de gravíssimas irregularidades em auditoria especializada, ratificadas pelo Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares, em 2006.

O PAPEL DA PSICOLOGIA

19

Desde os anos de 1980, a Psicologia tem participado ativamente dos movimentos de Reforma Sanitária, de Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial que possibilitaram a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), comprometidos com a produção do cuidado em liberdade, da cidadania e da saúde das pessoas com sofrimento psíquico. A Psicologia se mantém nessa luta e tem reafirmado constantemente o seu compromisso com estas políticas públicas de saúde em seus esforços de promoção de justiça social, de equidade e de afirmação dos direitos humanos.

A Psicologia permanece na resistência cotidiana aos ataques às conquistas das Reformas Sanitária e Psiquiátrica e às lutas que realizaram e realizam em defesa dos direitos, da democracia e do respeito e dignidade das pessoas, defendendo a política de Redução de Danos, como tecnologia crítica

de cuidado a pessoas que sofrem em decorrência do uso de substâncias psicoativas, bem como defendendo o antiproibicionismo. A Psicologia entende que a criminalização dos (as) usuários (as) de drogas já se mostrou ineficaz em seu papel de controlar o uso de substâncias e plantas ilícitas, entretanto favorece a militarização da saúde e da segurança pública no contexto das drogas, a partir de sua convergência para um processo de extermínio de pessoas que vivem em periferias, especialmente pobres, jovens e negros.

Erika Barbosa desabafou “os desafios que a Psicologia tem enfrentado para se reinventar nesse momento de atuação junto à Saúde Mental tem realmente sido desafios que eu ousaria dizer: estamos quase que ‘remando contra uma maré’, e em algumas vezes parece que vamos ‘naufragar’. A deterioração dos equipamentos, dos serviços, com uma precarização excepcional de profissionais da saúde mental...Eu estava refletindo o quanto nós, enquanto profissionais da Psicologia, temos nos doado e o quanto tem sido tomado de nós. É um movimento exaustivo, fazemos muito e vemos que ainda falta muito a fazer, e às vezes o folego vai nos faltando. Temos que resistir mesmo”.

Segundo Echebarrena, “o papel da Psicologia é, primeiramente, manter o que nós construímos há um tempo, através das nossas lutas. Construímos parâmetros para trabalharmos com segurança e ética, e devemos mantê-los. As referências técnicas, as diretrizes e outras medidas, foram avanços que tivemos na profissão que eu vejo como um ato de resistência. Devemos manter nossa prática baseada nesses parâmetros decorrentes de muita luta. A nossa profissão não pode deixar de lutar pelas coisas que acredita. No âmbito da Saúde Mental avançamos muito, a Psicologia também encabeçou a Reforma Psiquiátrica. Temos que usar o poder que construímos ao longo do tempo para continuar nossa militância. Onde es-

tivermos vai ter sempre uma trincheira de batalha nossa para reafirmar nossos valores, o cuidado, a liberdade, o respeito, a dignidade. Eu penso tanto no ponto de vista ético, quanto no técnico. No ético, devemos manter nossa posição de luta, conseguindo explicar pra sociedade porque fazemos isso, porque a Psicologia tem que atuar de algumas maneiras. Dentro do ponto de vista técnico, fazer a manutenção do trabalho dentro dessa perspectiva teórica. Hoje vivemos um dilema, tem psicólogo dentro da comunidade terapêutica trabalhando, o que ele está fazendo lá?”

Melício ressaltou que “um dos papéis da Psicologia é que ela não seja fechada sobre si mesma. Historicamente, a própria Psicologia sustentou e fundamentou práticas disciplinares e de controle que acabam sendo retomadas e reatualizadas por essas lógicas conservadoras e de retrocesso. É importante a Psicologia ter esse comprometimento ético e social, não referendando análises individualizantes que culpabilizam pessoas e grupos sociais por uma suposta (e falsa) não adequação à ordem. E há diferentes formas de realizar isso.”

“A psicologia precisa se entender em um trabalho em rede; em um trabalho que seja em equipe, interprofissional, com práticas colaborativas, e que também coloque em movimento ações intrasetoriais, mobilizando os diferentes dispositivos e níveis de atenção à saúde, e ações intersetoriais, envolvendo setores de outras políticas, bem como projetos, movimentos e lideranças de cada território. A psicologia também precisa ter um comprometimento ético, porque uma das coisas que acaba sendo acionada, neste contexto, é a pauta dos costumes. Um dos efeitos desta pauta é a exclusão social e simbólica de modos de existência não hegemônicos. Então, o comprometimento ético da Psicologia é com a diversidade e com suas possibilidades de manifestação no espaço público. É importante que isso transversalize a nossa prática e que a

gente faça a defesa para que transversalize também a prática de outros profissionais, bem como o conjunto das políticas públicas”, explicou Melício.

RE-MANICOMIALIZAÇÃO

A política de Saúde Mental, álcool e outras drogas tem sido atravessada por um processo de manicomialização, advinda de uma onda conservadora que vem se fortalecendo nos últimos 3 anos, mas que já vinha se evidenciando anteriormente no campo da saúde mental. Essa visão é concretizada na expansão das internações psiquiátricas nas comunidades terapêuticas, que tiveram a ampliação dos investimentos no setor, em oposição aos cortes sofridos pelo SUS e pela RAPS.

A privação de liberdade como forma de tratamento das pessoas em sofrimento psíquico ganhou força no Brasil na primeira metade do século XIX com a importação de um modelo psiquiátrico europeu e a criação do primeiro hospital psiquiátrico, o Hospício Pedro II. Durante décadas, especialmente, até o final dos anos 1980, o isolamento foi assumido como principal forma de tratamento, tornando-se a resposta central nas ações do Estado.

O modelo psiquiátrico privado foi amplamente disseminado durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Não por acaso, no processo de redemocratização germinaram as primeiras manifestações do movimento que originou o amplo processo social e político de questionamento dessa realidade e mobilizando forças pela superação do modelo manicomial.

Segundo Vasilenskias, “a luta Antimanicomial e a Reforma Sanitária, que é sua co-irmã, são frutos da classe trabalhadora, do qual a redemocratização do país também é decorrência. Suas fragilidades ao longo desses últimos anos também são fruto de um retrocesso histórico em que essas lutas se

deram. Nós conseguimos consagrar uma Constituição avançada em termos de direitos sociais em 1988 e graças a isso tivemos a implantação desse modelo generoso e civilizacional de uma saúde pública de massas, não mercantilizada e tempos depois, também um modelo de saúde mental, inclusivo, não segregador, e que não excluía os portadores de sofrimento mental da sua cidadania. Só que um ano depois em 1989 começa uma nova configuração histórica marcada pelo que se convencionou chamar de neoliberalismo. Muito por conta disso nós não conseguimos, principalmente nas grandes cidades, implementar uma rede substitutiva que conseguisse dar conta, de fato, desse cuidado. A gente teve no Rio de Janeiro, por quase uma década e meia, um CAPS Ad. Não é à toa que as comunidades terapêuticas começam a ‘pipocar’ com uma propaganda falaciosa que conseguiriam dar conta dessa demanda. Nós nunca conseguimos instalar, por exemplo, aquilo que o Ministério da Saúde preconizava de um CAPS para cada 100.000 habitantes, e não conseguimos porque o modelo de seguridade social, pensado na construção de 1988, foi sendo progressivamente sufocado até a última PEC do teto de gastos, que marca uma data de morte matada do SUS. E não há Reforma Psiquiátrica sem SUS”.

Echebarrena pontuou que “a Reforma Psiquiátrica foi fruto da reforma sanitária, onde se começa a entender que a saúde e a perspectiva de cuidado não deveriam ser feitas para alguém, mas deveriam ser feitas com alguém, o que é totalmente diferente. Então, tornou tanto o trabalhador quanto o usuário protagonistas desse processo de planejamento. Você dá voz a pessoa, pergunta como ela quer ser tratada, enfim, perguntar ao trabalhador também, criar condições para que ele participe desse projeto. Hoje em dia se fala muito da reforma psiquiátrica, mas o que a gente percebe é que a voz do trabalhador e do usuário estão sendo cada vez mais silenciadas. Dentro de parâmetros técnicos e tudo

mais, você acaba sendo executor de algum projeto do qual você não participa, e esse protagonismo, tanto do usuário como do trabalhador, é a maior herança da reforma psiquiátrica e da reforma sanitária como um todo”.

Melício explicou que “a luta e a reforma historicizam a discussão. A gente não parte do zero. Essa história mostra que antes do SUS, quando as pessoas precisavam de atenção à saúde não tinham acesso gratuito. Vivemos um vazio de política de Estado voltada à saúde, que foi aos poucos foi sendo preenchida por ações campanhistas, seguidas da incorporação de modelos de previdência e atenção à saúde de alguns trabalhadores formais, mas que não abarcava a maior parcela da população. Agora, se pensarmos em relação à saúde mental, que ocorria no âmbito de aparatos de repressão e ordenamento social, via-se a destinação de grande quantitativo aos manicômios. Ou seja, na esfera do cuidado, o acesso à saúde era escasso para a população mais pauperizada e que sofria e ainda sofre os efeitos do processo de colonização e escravização, já na esfera asilar, o acesso à atenção à saúde mental que se dava pela retirada das pessoas do convívio social era ampla, estando as portas dos manicômios aberta – para entrar e não para sair”.

“No processo de criação e regulamentação do SUS a perspectiva democrática é encontrada não apenas no acesso universal e gratuito, como também nas várias formas de participação da sociedade, organizada entre outros pelo controle social. O que vemos no atual governo é não só um alinhamento com uma lógica asilar, como também o excesso de centralização e a ruptura ilegal e irregular que não respeita essas formas de participação das associações e movimentos de trabalhadores e usuários. O avanço do retrocesso vem acompanhado da tentativa de silenciamento e apagamento das divergências, da Constituição Federal e

da contribuição histórica dos movimentos sociais. Por isso, é importante democratizar e historicizar esse processo. Não podemos apagar a memória, porque é ela que nos mostra as direções que são possíveis e pertinentes”, ressaltou Melicio.

REDUÇÃO DE DANOS X ABSTENÇÃO: A NOVA VELHA POLÍTICA

Especialmente anacrônicas, as mudanças implementadas nos últimos anos se subsidiam em argumentos com pouca (ou nenhuma) cientificidade, sem apresentar um estudo técnico próprio, fortalecendo da lógica manicomial e hospitalocêntrica.

Há um distanciamento ainda maior do investimento em políticas públicas, sobretudo porque se centra na ampliação do já robusto financiamento de instituições privadas, como hospitais psiquiátricos, ambulatórios especializados e comunidades terapêuticas. A falta de investimentos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é expressiva, e o empobrecimento das possibilidades de suas ações pode retomar a generalização e a despersonalização do cuidado em liberdade.

No campo da atenção às pessoas que usam álcool e outras drogas, pode-se verificar uma guinada à abstinência, preceito básico do trabalho desenvolvido em Comunidades Terapêuticas. Elas aprofundam o estigma de que todo e qualquer uso de substância psicoativa causa sofrimento psíquico e social, precisa ser medicado e ter tratamento segregado, em detrimento da lógica da autonomia do sujeito em seu uso e, se necessário, do cuidado no território e em liberdade.

Há um deslocamento da política de saúde, no campo das drogas, para pastas de Segurança Pública, Defesa Social, com atuação fortemente repressiva e que confere à “guerra as drogas”, no Brasil, uma verdadeira guerra às pessoas negras, pobres e periféricas. Além disso, há uma evidente

retomada do modelo asilar, com práticas terapêuticas violadoras de Direitos Humanos.

Não é demais lembrar as graves situações descritas no Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, realizado em 2017 pelo Sistema Conselhos de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e do Ministério Público Federal. Em instituições como as beneficiadas por esta política proposta pelo Governo Federal, foram identificadas a ocorrência de castigos físicos, torturas, contenções físicas e químicas injustificadas — inclusive como medida punitiva, violações à liberdade religiosa e à diversidade sexual e de gênero, trabalho em condições análogas ao escravo ou empregado como ferramenta de disciplina, revistas vexatórias, retenção de documentos ou dinheiro, isolamento ou restrição de convívio como medida punitiva, impedimento de visitas (íntimas inclusive), imposição de abstinência sexual, estupro corretivos, ampliação da permanência no internamento por motivos alheios à situação de saúde, comercialização de internamentos compulsórios, internamento de crianças e adolescentes junto a adultos, regulação de água e alimentos como recursos disciplinares, entre tantos outros.

Erika Barbosa problematizou: “eu queria pensar um pouco com relação à redução de danos o quanto esse atravessamento de uma gestão mais conservadora dociliza esses corpos e vamos produzindo outras subjetividades. Eu sempre contextualizo a questão do território, é um discurso muito eloquente quando citam a inserção dos sujeitos que são usuários de álcool e outras drogas em espaços de reabilitação onde eles são eliminados de qualquer possibilidade de acesso ao uso da droga. O quanto nós trabalhamos enquanto profissionais da Psicologia e enquanto profissionais da saúde para trazer uma sensibilização de identificar que é o sujeito quem precisa compreender como é que ele funciona, como o comporta-

mento se dá e qual a relação dele com o uso das drogas. Nós falamos de um território que tem uma marca muito registrada por essas gestões conservadoras que são atravessadas pelas comunidades terapêuticas, precisamos repensar um pouco sobre essa atuação, sobre as práticas que a gente vai propor para esses espaços, porque é algo assim que devasta o sujeito. Eu falo desse território da Baixada Fluminense, com desafios quase que viscerais para serem ultrapassados”.

No que Vasilenskas continuou: “as políticas de redução de danos se mostraram, tanto por comprovação científica quanto histórica, o único conjunto de medidas que conseguem de fato resolver o problema em larga escala do uso problemático de drogas nos grandes centros urbanos. Foi o que superou com o problema da heroína, que era uma questão de saúde pública delicadíssima na Europa ocidental. Justamente por essa eficácia, ela produz muito ódio naquelas forças que dependem do atual estado de coisas. Quem defende comunidade terapêutica é o proibicionismo, que não está interessado nos usuários problemáticos de drogas legais ou não, está interessado no aparato repressivo e biomédico que gera lucro. Está interessado, por exemplo, em um aparato de morte racista em larga escala de negros e periféricos, que se justifica pela política atual. (...) Não haveria como justificar, por exemplo, a morte nas favelas cariocas e nas periferias de São Paulo sem a política proibicionista. A redução de danos não acaba com o uso de substâncias psicoativas ilegais, porque isso se mostrou vão ao longo da história, mas, comprovadamente, ela consegue garantir cuidados a esses sujeitos e reduzir o problema a um nível socialmente aceitável”.

Echebarrena disse “o problema da comunidade terapêutica é seríssimo por várias razões, pois ela cumpre uma função de depósito, mesmo. É um lugar para depositar as pessoas ‘indesejáveis’, e como não tem mais o manicômio, a comunidade terapêutica vem e é muito mais grave. Eu acho que esse é o

maior problema das comunidades terapêuticas hoje, elas são financiadas fortemente pelo governo e têm um viés religioso muito marcado. (...) Então, precisamos seguir alguns passos: o primeiro é separar religião de ciência para poder cuidar, demonstrar eficiência dos serviços que a gente propõe para substituir as comunidades terapêuticas. Temos que investir em pesquisa, demonstrar a eficiência para a sociedade”.

O Conselho Federal de Psicologia apresentou em 2011 o “Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas” em que mostra violações das mais diferentes formas em 68 comunidades terapêuticas em 25 estados diferentes.

Será que 11 anos depois, em expansão com maior financiamento público, essa realidade mudou?

A democracia, o Estado laico (não contrário à religião, mas separado dela), a luta pela liberdade e o direito humano de existir em sua diferença e diversidade são e continuarão sendo o pilar do enfrentamento travado pela Psicologia. Quanto mais se tem o recuo da cidadania, mais veremos operando medidas que desumanizam e fazem dos espaços de saúde um território de depósito de pessoas em instituições totais, que servem ao lucro, como bons negócios que são, mas não aos princípios democráticos e éticos.

Assim como a Psicologia não pode atuar sozinha e sim com outros setores, deve-se concluir que não é possível dar conta do cuidado de saúde isoladamente, mas sim com um conjunto de políticas públicas.

Para pensar as políticas de saúde mental, é preciso pensar também qual projeto de sociedade queremos, entendendo que o recuo da cidadania é efeito do recuo da democracia e responsável pelo incremento das práticas mais repressivas e segregadoras. ■



PSICOLOGIA, DEMOCRACIA E RELIGIOSIDADE

O Brasil é um Estado laico, não obstante presenciamos um alargamento dos limites entre religião e Estado. A laicidade não pressupõe a ausência de religião, mas sim, a liberdade de todas e todos viverem de acordo com sua fé, sem, entretanto, permitir que ela ultrapasse para a esfera de decisões políticas, sociais e profissionais.

A Psicologia afirma a liberdade de crença, de religiosidade e de espiritualidade e luta contra toda forma de preconceito e intolerância religiosa. Não existe oposição entre Psicologia e religiosidade, muito pelo contrário, a Psicologia é uma ciência que reconhece a religiosidade e a fé presentes na cultura e que participam da constituição da dimensão subjetiva de cada um de nós. Inclusive, a relação dos sujeitos com o “sagrado” pode ser objeto de análise pela(o) psicóloga(o), mas nunca uma imposição por ela(e) às pessoas que atende.

No Brasil e no mundo, atualmente, há um intenso debate em torno de aspectos da sexualidade e questões de gênero, como por exemplo, a reivindicação pela descriminalização do aborto, a luta pela igualdade de direitos entre os gêneros, a vio-

lência sexual e de gênero e as reivindicações de grupos LGBTQI+ por políticas públicas que os contemple. E, no Brasil, as discussões, principalmente na atual conjuntura política do país, muitas vezes são pautadas não por argumentos científicos e técnicos, mas sim por preceitos fundamentados na fé e na religião de determinado grupo político.

A Psicologia afirma o respeito às diferenças e às liberdades de expressão de todas as formas de religiosidade conforme garantidas na Constituição de 1988 e, justamente no intuito de valorizar a democracia e promover os direitos de todas as pessoas à livre expressão da sua religiosidade, é que o Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) orienta que os serviços psicológicos devem ser realizados com base em técnicas fundamentados na ciência psicológica e não em preceitos religiosos ou quaisquer outros alheios a esta profissão.

Nesse sentido, Psicologia, religiosidade e democracia são uma trinca aparentemente desconectadas, mas somente aos olhos pouco atentos. A democracia brasileira, ainda jovem, carece de constante vigília e sabemos que escuta e diálogo, prerrogativas da Psicologia, também são alicerce da democracia. Religiosidade faz parte da constituição subjetiva da maior parte das pessoas e a liberdade para ser o que se é e acreditar no que se acredita, só existe em ambiente democrático.

Para aprofundar esse diálogo, entrevistamos Héder Bello, coordenador do Eixo de Psicologia e Laicidade, psicólogo (CRP 05/51594), doutorando (PPGTP/UFRJ), pesquisador do grupo RELAPSPO – Religião, Laço Social e Psicanálise (USP).

► **Como você vê a interseção entre Psicologia, democracia e religiosidade?**

Héder: Antes de tudo é importante que possamos trabalhar com algumas definições do que seriam, na perspectiva que defendemos, a psicologia, a democracia e a religiosidade.

A psicologia é uma ciência e uma profissão que trabalha na consideração dos processos de subjetividade, ou seja, nessa perspectiva a psicologia está interessada em compreender de forma ética e plural quais são os vários processos de subjetividade que uma determinada configuração social revelam e como esses processos de subjetividade foram se constituindo, justamente para pensar intervenções que pretendem garantir mesmo a diversidade que está na base da existência humana.

A democracia seria um modo de governo em que o povo, na sua pluralidade e na sua diversidade, consegue criar processos e movimentos de representatividade para essa pluralidade e para essa diversidade.

Já a religiosidade é uma maneira plural em que os sujeitos se entendem e expressam as mais variadas relações que eles estabelecem com o sagrado, com o místico, com o misterioso que compõem a vida.

Talvez a interseção entre psicologia, democracia e religiosidade possa ser compreendida na consideração da pluralidade e da diversidade que regem a existência. A psicologia nas compreensões relacionadas aos processos múltiplos de produção de subjetividade, a democracia nos processos múltiplos que regem o campo político e a religiosidade nos campos múltiplos que regem a relação com o sagrado ou o místico enquanto mistério.

No entanto, esses movimentos múltiplos que compõem a vida e que nos constituem, nos escapam, nos determinam sem que nós tenhamos muita ação sobre eles. Sendo assim, eles nos espantam, e esse movimento de espanto muitas vezes pode ser interpretado como ameaçador. Existe uma máxima que diz que aquilo que nós não compreendemos, nós tememos. E esse temor nos leva a criar mecanismos que tem a pretensão de produzir algum tipo de segurança. Talvez possamos compreender que a psicologia, a democracia e a religiosidade, por

evidenciarem a multiplicidade da vida são alvo desse temor que culmina em tentativas de controle. Toda forma de Psicologia autoritária que não compreende a pluralidade dos processos de subjetividade, todo movimento político totalitário que exclui a democracia e as várias vozes dos sujeitos enquanto cidadãos políticos e toda forma de religiosidade fundamentalista que exclui as várias formas de religiosidade estão baseadas no medo da diversidade que resiste a qualquer tentativa de controle.

► **De que forma, Psicologia e democracia defendem a religiosidade, sem, entretanto, considerar que seus preceitos possam ser base de decisões políticas coletivas, por exemplo?**

Héder: Como estamos pensando que a psicologia, a democracia e a religiosidade expressam a multiplicidade e a diversidade da existência nós também estamos entendendo que uma psicologia ética e plural, bem como, um estado democrático de direito sempre vão defender a religiosidade como movimento múltiplo e plural de expressão e relação com o sagrado e com o misterioso. Como dizemos, a religiosidade capturada pela perspectiva do medo se transforma em fundamentalismo religioso e a psicologia e a democracia estão a favor de acenar para a religiosidade enquanto um campo múltiplo de relação com o sagrado.

► **Como Psicologia e religião dialogam?**

Héder: A psicologia e a religião enquanto expressão da religiosidade e da relação com sagrado atuam sobre o mesmo campo subjetivo de produção de sentidos, de invenção, de criação e de simbolização. Diante dos mistérios da existência somos convidados a criar e a produzir sentidos para as inquietações mais primitivas que nós temos. Quem nós somos? Para onde vamos? De onde viemos? O que será de nós?

Talvez possamos entender que a Psicologia trabalhe de forma ética e científica com a construção de sentidos singulares para angústias singulares e que compreende os mais variados modos de subjetividade, já a religiosidade talvez possa ser compreendida como uma produção de sentido previamente pactuada coletivamente e historicamente que pode ou não fazer sentido para determinadas pessoas.

Nós não sabemos todas as coisas, mas podemos interpretar esse não saber basicamente de duas formas ou através do medo que historicamente faz com que nos apeguemos a qualquer movimento que tem a pretensão de nos responder a verdade da existência de forma dogmática ou como um convite para inventar sentidos plurais que nos ajudam a simbolizar a existência e que potencializam a vida, já que não temos como saber tudo completamente. Podemos pensar que talvez não haja a verdade, mas um movimento de vazio de verdade para que sejamos livres para inventá-la, desde que possamos compreendê-la sempre como negociável e em construção.

33

Toda tentativa de fechar a “verdade” e impor essa “verdade” está baseada no medo e na tentativa de controle. Inclusive as fake news são um modo de negar a pluralidade e impor uma visão de mundo com algum objetivo de excluir a diversidade, revelando um autoritarismo.

► No atual contexto, como você o avanço de pautas conservadoras no cenário político, muito alavancada pela conexão religião/política?

Se pensarmos que o medo e o espanto diante da vida geram processos de busca por segurança através de tentativas de controle, verificamos historicamente que desde o surgimento do neoliberalismo na década de 70, como um movimento que navega e promove a transitoriedade e a insegurança ao apostar politicamente no hiperindividualismo e na ilusão da meritocracia, podemos descrever um aumento na inseguran-

ça e na instabilidade financeira, social, econômica e política com o movimento neoliberal, favorecendo assim, o retorno fundamentalista das religiões monoteístas como efeito dos processos mais variados de instabilidade promovidos pelo movimento político e econômico do neoliberalismo. Já explico um pouco porque as certezas promovidas pelo fundamentalismo religioso geram uma certa segurança e até um determinado cuidado dos sujeitos diante das inseguranças neoliberais. Mas uma colocação que não podemos deixar passar é entendermos através de alguns autores como Dardot e Laval que o neoliberalismo não é apenas um movimento político e econômico, mas também é um produtor de subjetividades. A onda neoliberal instaurada desde 1970, surfa nos saberes e práticas psi para decodificar e produzir uma subjetividade que responda aos seus ideais de hiperindividualização, meritocracia, desfazimento da coisa pública e logo da democracia que aposta no coletivo em sua diversidade, como comentei.

A moral neoliberal diz que não importa o que aconteça na cena pública, coletiva ou econômica, o sujeito com o perfil de empreendedor sempre irá encontrar um meio de vencer qualquer adversidade. Ao promover esse valor, o neoliberalismo pode transformar o estado democrático de direito, num estado a favor do mercado financeiro e não mais a favor das pessoas e não sofrer qualquer manifestação contrária, já que também oferece ao sujeito uma saída para qualquer crise política que no caso é produzida justamente por essa onda neoliberal. Sendo assim, ao pensar na desigualdade social e nos vários marcadores de diferença que geram uma série de injustiças nessa corrida de medição de desempenho como empreendedores, proposta pelo movimento neoliberal, é possível entender que muitas pessoas começam a se conceber como fracassadas e impossibilitadas de jogar esse jogo econômico.

Nesse ponto, alguns movimentos religiosos promovem uma resposta a esse processo de precariedade e injustiça, dizendo

que através da fé e de algumas tecnologias do eu, como uma autora chamada Esperandio descreve, o sujeito pode alcançar as condições para jogar o jogo neoliberal e se tornar um empreendedor de sucesso, já que a única forma de se blindar dos revezes políticos e econômicos é ser um empreendedor. Dessa forma, algumas formas religiosas se tornam um movimento de massa que tem peso no jogo político, já que responde bem a uma demanda de sobrevivência física e subjetiva diante dos processos de precarização que o neoliberalismo incita, para se promover.

► De que forma a Psicologia pode atuar para buscar promover diretos e fortalecer a democracia, neste âmbito?

A Psicologia, ao afirmar a vida enquanto diversa e plural, e produzindo tanto o entendimento quanto o acolhimento dos medos que são o fundamento dos fundamentalismos, sejam eles religiosos ou epistêmicos, pode gerar intervenções que abarquem e considerem que o sentimento religioso e a multiplicidade religiosa fazem parte dos sujeitos e que são importantes para produz amparo e consolo diante de tantas desigualdades que presenciamos no nosso país. Entender a religiosidade como uma demanda humana essencial é o que a Psicologia laica promove, ao mesmo tempo que denuncia e se posiciona contra qualquer radicalismo religioso que impede e violenta a existência da diversidade. Cabe, então, a Psicologia se posicionar e entender o motivo que leva os sujeitos a se apegarem a qualquer processo fundamentalista, radical e conservador em qualquer âmbito. A laicidade não é apenas um valor de afirmação do comum e da pluralidade no cenário religioso ou espiritual. Mas é um movimento que pode ser entendido como promotor de igualdade e de afirmação da pluralidade tanto religiosa, como epistemológica, afirmando assim, um fazer psicológico científico e ético que seja decolonial, interseccional e diverso. ■



E-BOOK "CENTROS DE CONVIVÊNCIA: ARTE, CULTURA E TRABALHO POTENCIALIZANDO A VIDA" É USADO EM CURSO COM TRABALHADORES DO SUS

O livro digital “Centros de convivência: arte, cultura e trabalho potencializando a vida”, cuja capa foi baseada na obra da artista Rogéria Barbosa, organizado pelo Núcleo de Saúde do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), foi escolhido para servir como referência bibliográfica do “Curso de Atualização Profissional em Práticas de Convivência nos Territórios” oferecido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz em parceria com IFRJ/Campus Realengo e o Instituto de Psicologia da UFRJ.

A formação iniciada em 12 de abril de 2022, ao longo de 8 encontros em modalidade semipresencial está qualificando 40 trabalhadores do SUS para realização de práticas de convivência nos territórios com arte, cultura e economia solidária. Realçando o caráter transdisciplinar e interprofissional das políticas da convivência, dentre as pessoas inscritas no curso estão psicólogas, agentes comunitárias de saúde, cuidadores de pessoa idosa,icineiros, assistentes sociais, arte-terapeutas e terapeutas ocupacionais, que atuam em vários municípios do estado do Rio de Janeiro. São trabalhadores dos CECOs, ESF, CAPS, serviços residenciais terapêu-

ticos, assim como a equipe do Espaço Normal, espaço de referência sobre drogas e saúde mental, do Redes da Maré, no Rio de Janeiro.

A coordenação do curso formulou um material de apoio para os educandos que prevê a leitura de diversos capítulos do E-book que abordam o tema da convivência na sua interface com a luta antimanicomial, com a redução de danos, os dispositivos de arte-cultura, e economia solidária. ■

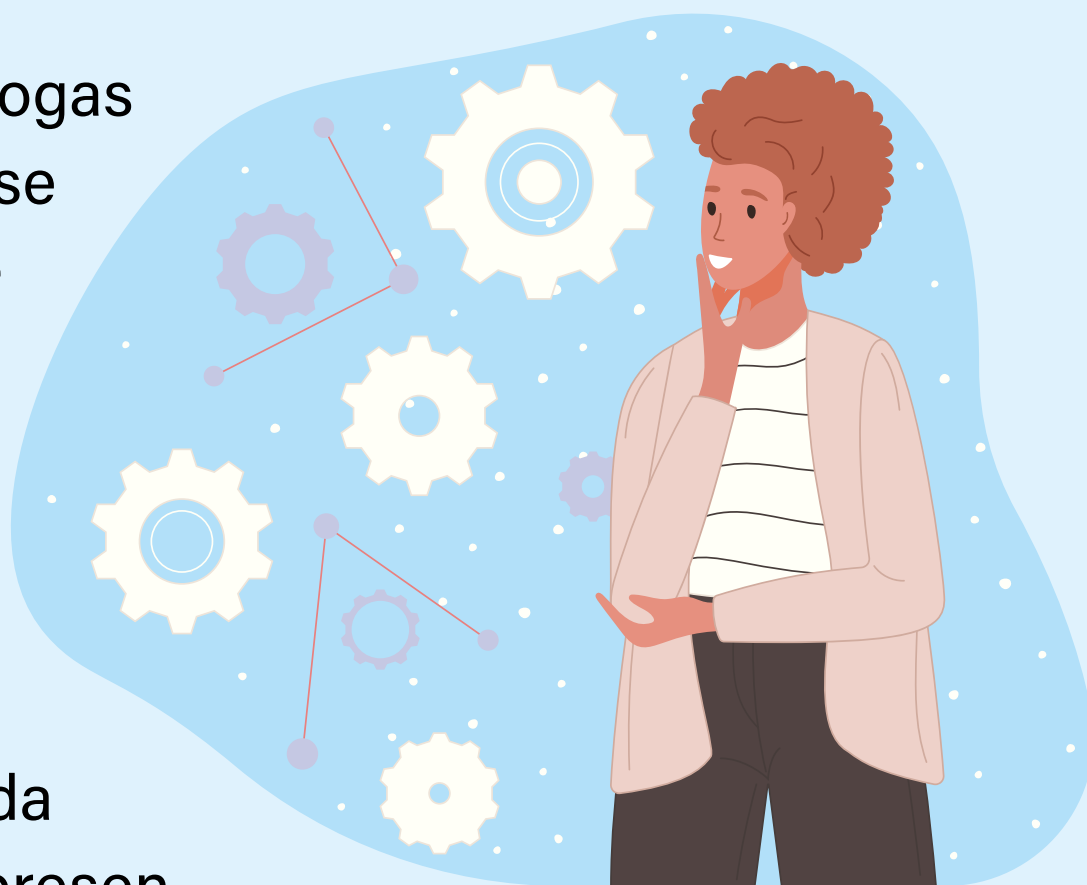


[Baixe o livro aqui!](#)

** texto de autoria de Ariadna Patricia Estevez Álvarez e Thiago Benedito Livramento Melicio*

SAÚDE DO TRABALHADOR E A ATUAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DA PSICOLOGIA DO TRABALHO

Factualmente as psicólogas (os) do Brasil voltam-se para questões de saúde no campo do trabalho uma vez que são parte integrante da classe de trabalhadores e desse modo considera-se que a psicologia- na esfera da Saúde do Trabalhador- apresen-



ta-se com o intuito de compreender e distinguir o poder existente nas relações de trabalho. A Saúde do Trabalhador é um importante campo do saber psicológico e atua com questões relacionadas ao trabalho, suas estruturas e seus processos organizativos.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) juntamente com os representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) construíram a várias mãos um documento junto ao Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP): trata-se de uma referência técnica na área da Saúde do Trabalhador. Este documento busca investigar dentro de seus contornos, possíveis formas de proteção dos trabalhadores com a intenção de garantir certos princípios e direitos nestas relações. Conforme descreve o código de ética da psicóloga (o) no artigo VII

“O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre

as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código" (CFP, 2005, p. 7).

Portanto, tornou-se urgente que a psicologia (e também demais profissionais da área da saúde) analise o atravessamento que as relações de poder acarretam na saúde do sujeito que trabalha e a partir da prática psicológica se esforce para garantir os direitos e diminuir as desigualdades.

Sendo assim, é necessário um recorte histórico sobre a Saúde do Trabalhador para entendermos como ela ocorre na atualidade. Voltamos à década de 1970, onde ocorreu a abertura política no Brasil e por conseguinte o aparecimento oficial dos movimentos sociais que reivindicavam à época a construção de um modelo para pensar a Saúde do Trabalhador, com isso foi construída uma agenda (que durante um período funciona como norteadora para as políticas públicas deste campo) que resultaram na criação da Constituição Federal de 1988 e mais adiante possibilitou a criação do SUS- lei 8.080 (lei Orgânica da Saúde). De acordo com CREPOP (2019), dois movimentos foram de extrema importância para que a Saúde do Trabalhador fosse percebida como uma política pública para que o trabalhador fosse devidamente reconhecido: o movimento sanitaria e o movimento sindical.

Ao abordar a temática da Saúde do Trabalhador é imprescindível que esta também esteja conectada diretamente com a saúde ambiental- ou saúde do ambiente de trabalho- pois, constantemente estas duas áreas são tratadas de modo separado- o que vem a ser um grande erro de interpretação. Segundo Tambellini e Arouca (1998)

"há uma correlação direta que une os dois campos: os processos de produção e os processos de consumo. O avanço do campo da Saúde do Trabalhador possibilitou uma abertura para o campo da saúde ambiental, logo, as implicações

referentes aos processos sobre o ambiente estão diretamente ligadas aos processos de produção que podem acometer e afetar diretamente a saúde dos trabalhadores expostos." (TAMBELLINI e AROUCA, 1998).

A saúde ambiental não afeta somente os trabalhadores ou aquela organização de trabalho na atividade laboral, mas todo o entorno deste ambiente. Entendendo a Saúde do Trabalhador como um campo amplo e diverso, é relevante destacar que o processo de pesquisa/atuação/intervenção não é restrito ou exclusivo à psicologia. A Saúde do Trabalhador é uma área multidisciplinar e possui vários saberes congregados, considerando acima de tudo a inclusão do próprio conhecimento do trabalhador a respeito do seu ambiente, do seu contexto de trabalho e das suas necessidades. Portanto, torna-se necessário restringir o seu conceito e suas áreas correlatadas para que seja melhor entendida por todos:

“Longe de ser um termo apenas descritivo e sinônimo da saúde ocupacional, Saúde do Trabalhador refere-se a um campo de saberes e práticas com evidentes compromissos teóricos, éticos e políticos, e insere-se como uma política pública em saúde que demanda articulações intersetoriais (saúde, previdência social, educação, trabalho e emprego e meio ambiente, dentre outras). A amplitude do campo teórico e prático da Saúde do Trabalhador exige a inter-relação de diversos saberes e a apreensão de múltiplos conceitos. As diversas disciplinas que incorporam elementos para análise dos fenômenos coletivos e sociais, tais como a epidemiologia, a Sociologia, etc., trazem uma contribuição essencial para a compreensão dos processos de trabalho e modelam novas disciplinas de fronteiras, como a psicossociologia do trabalho, por exemplo”

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 22).

Isto posto, entende-se que a Saúde do Trabalhador deve ser considerada um passo à frente do entendimento entre am-

biente e trabalhadores, ela é mais ampla e almeja dar conta de uma visão mais completa sobre a temática das relações entre processo de saúde-doença e o trabalho.

Pode-se dizer, portanto, que a Saúde do Trabalhador se tornou um campo multidisciplinar por sua diversidade teórico-metodológica e por certas especificidades. Utiliza de outras áreas de conhecimento para medir e acompanhar seus indicadores (e.g. a Previdência Social- identificar as notificações de acidente de trabalho) e impõe um novo olhar àqueles que empregam à defesa da saúde no ambiente de trabalho. Com estas novas configurações de trabalho e emprego, aumentam os desafios para as políticas públicas de saúde, para os pesquisadores que estudam a temática e para o próprio trabalhador que tem seus direitos ameaçados constantemente.

Se levarmos em consideração a atual conjuntura econômica e política do país, conseguimos entender que o Brasil está se afastando rapidamente de todas as instituições que prezam pelas relações e condições de trabalho. As (os) psicólogas (os) (em suas diversas áreas de atuação e que necessitam lidar com a Saúde do Trabalhador) possuem uma difícil missão neste cenário que se apresenta.

Seja no ambiente clínico, nas redes de assistência básicas, nas unidades de emergência, nos CAPs (Centro de Atenção Psicossocial), na rede de CERESTs (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) e nas organizações, torna-se imprescindível a (o) psicóloga (o) acolher toda e qualquer demanda de queixas relacionadas ao trabalho. Sabe-se que a formação da(o) psicóloga (o) nas universidades não contempla esta temática, ou se aborda, a faz de modo muito precário. Yamamoto (2007) considera que caso a (o) psicóloga (o) negligencie esta demanda, o mesmo estará sendo benevolente com todos os aspectos que permeiam esta questão e se torna responsável e conivente com os episódios de assédio, violência

e opressão, o que pode ser configurado como uma violação aos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional.

Difícilmente conseguiremos esgotar todas as nuances que esta temática traz para o campo da discussão e pesquisa, mas entendemos que o campo da Saúde do Trabalhador é um espaço de produção de conhecimento, de conscientização de classes e de pensarmos as relações de poder, que por sua vez nos permite na teoria, na prática e nas relações político-ideológicas acreditar que haverá por parte dos trabalhadores uma conscientização.

Não se pode permitir que a fragilidade dos sindicatos e a inobservância ou paralisia do campo acadêmico autorize a redução de políticas públicas, perfazendo um retrocesso de atrocidades sobre a legislação- que demorou muitos anos para ser conquistada. É necessário o combate e o resgate do que já foi colocado sobre a importância da Saúde do Trabalhador e é inquestionável que precisamos guerrear contra o fascismo para não experienciar tantos retrocessos. ■

** texto de autoria das (os) integrantes da Comissão: Alfredo Assunção Matos; Maíra Amaral de Andrade e Bianca Machado Quintão*

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: BALANÇO DA COMISSÃO

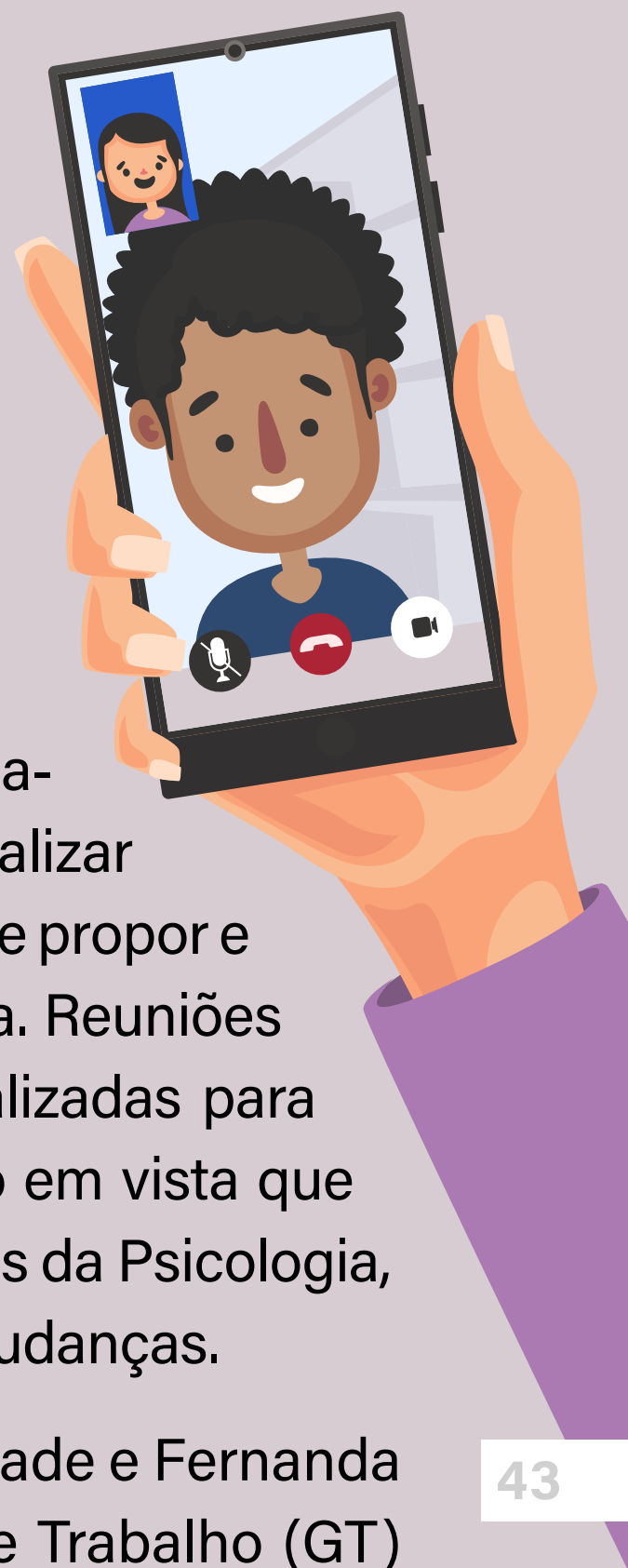
Para a Avaliação Psicológica, o ano de 2021 foi de muitos avanços no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Com a criação da Comissão Especial de Avaliação Psicológica em maio de 2021, foi possível realizar ações direcionadas à temática com o objetivo de propor e promover reflexões e debates junto à categoria. Reuniões com Comissões e Eixos do CRP-RJ foram realizadas para alinhamento de atividades em conjunto, tendo em vista que a Avaliação Psicológica perpassa todas as áreas da Psicologia, além de estar em um momento de grandes mudanças.

As colaboradoras desta comissão, Maíra Andrade e Fernanda Severo representaram o CRP-RJ no Grupo de Trabalho (GT) da Região Sudeste nas discussões para elaboração do texto apresentado na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), que tiveram como resultado final a Resolução 02/2022 que regulamenta normas e procedimentos para a avaliação psicossocial no contexto da saúde e segurança do trabalhador, em atendimento às normas regulamentadoras emitidas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia ou órgão correlato.

A Comissão também teve a oportunidade de realizar a Roda de Conversa com o tema "Avaliação na Era Digital" em 12 de agosto de 2021 e participar da 14ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia com o tema "Atravessamentos das práticas em Avaliação psicológica e o compromisso Ético-político da Psicologia" em 27 de agosto do mesmo ano. ■

** texto de autoria dos integrantes da Comissão de Avaliação Psicológica, coordenada por Maíra Amaral de Andrade.*



PSICOLOGIA BRASILEIRA ROMPENDO FRONTEIRAS



CONSELHEIRO DO CRP-RJ PARTICIPA DE REUNIÃO SOBRE A REGULAÇÃO COM FINS DE PROIBIÇÃO DAS DENOMINADAS “TERAPIAS DE REVERSÃO SEXUAL” A CONVITE DA EQUIPE DO PRESIDENTE DOS EUA, JOE BIDEN

O conselheiro do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), na ocasião presidente da instituição, participou, no dia 22 de março de 2021, de uma reunião organizada pela equipe do presidente dos EUA, Joe Biden, que teve por objetivo a apresentação de experiências exitosas de regulação sobre as denominadas “terapias de reversão sexual”.

O evento, organizado em Washington (EUA), contou com representantes de diversos países, com a presença de Kamala Harris, vice-presidente do país, e ministros que compõem a atual gestão presidencial. Da América do Sul, além do Brasil, também esteve presente representação do Equador.

Além de estar representando o Brasil, Bicalho também foi o escolhido para fazer a Conferência de Abertura, devido à importância da atuação da Psicologia brasileira na defesa intransigente dos direitos da população LGBTQI+, concretizada nas lutas que culminaram na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu como legítima a Resolução 01/99.

No dia 22 de maio de 2020, o STF extinguiu por definitivo a ação que pedia a cassação da nossa Resolução e o convite de representação do Brasil foi motivado pela [participação de Pedro Paulo Bicalho em entrevista no Senado Federal, em 2019.](#)

Sabemos que a luta não para e que mais do que nunca se faz necessária. Mas, também é momento de nos orgulhar da nossa Psicologia, das nossas conquistas e do reconhecimento internacional das nossas contribuições. ■

EM CERIMÔNIA EMOCIONANTE, O CONSELHEIRO DO CRP-RJ, PEDRO PAULO, RECEBE CONJUNTO DE MEDALHAS PEDRO ERNESTO

*Ana Sandra, presidenta do CFP segura
a placa de homenagem com Pedro
Paulo, então presidente do CRP-RJ.*



Na noite do dia 24 de março de 2022, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro ficou azul para homenagear a Psicologia brasileira: tal reconhecimento veio concretizado na homenagem prestada ao então presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), que recebeu a maior honraria da casa, o conjunto de medalhas Pedro Ernesto. Moções de congratulação e reconhecimento ao Conselho Federal de Psicologia e ao CRP-RJ também foram entregues, no Plenário do Palácio Pedro Ernesto.

Com o plenário da Câmara lotado de psicólogas e psicólogos, professores e alunas (os) de Pedro, foi emocionante participar desta noite de comemoração para a Psicologia. A solenidade pública homenageou os 60 anos da regulamentação da profissão no Brasil.

O vereador Reimont Luiz Otoni Santa Barbara coordenou a sessão, na qual Ângela Soligo, professora da Universidade Estadual de Campinas, foi a primeira a falar: “nos pródigos anos da retomada da democracia no país, nosso Sistema Conselhos e o Conselho Federal de Psicologia, por meio de suas gestões, assumiu o importante papel de orientar e nor-

matizar o fazer psicológico e se pautar pelos direitos humanos, pela ética do cuidado. Não o cuidado corporativista, mas o cuidado que protege nossa gente (...) e expressa a relevância de nossa profissão”.

Virgínia Kastrup, professora de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, contou um pouco sobre a trajetória de Pedro Paulo na Psicologia, militante de lutas tão caras e importantes. “Com a sua inteligência muito afiada, Pedro construiu uma carreira muito bonita, muito consistente, coerente e plena de lutas políticas, trabalhando muito para uma Psicologia cada vez mais avançada no Brasil (...). Impossível não lembrar o incansável trabalho do Conselho Federal de Psicologia e do próprio Pedro Paulo na luta, que acabou vitoriosa, contra a chamada “cura gay”.

Rogério Giannini, que foi conselheiro presidente do Conselho Federal de Psicologia, ressaltou que “Pedro é um sujeito que a Psicologia construiu, essa Psicologia que a gente luta, e o Pedro retribui isso ajudando a construir a Psicologia brasileira que queremos. Ele a constrói no dia a dia, e é um privilégio estarmos juntos”.

Companheira na gestão do CRP-RJ, Céu Silva Cavalcanti (CRP 05/57816), falou emocionada: “Eu posso agradecer a Pedro, em nome da plenária, por ter nos inspirado a uma ação ativa ou à um movimento de atividade e criação constante durante esses três anos que compartilhamos a tarefa e o desafio de estar no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Pedro nos mostrou que luta é feita com alegria e é assim que seguimos”.

Ana Sandra Nóbrega (CRP 13/5496), conselheira presidente do Conselho Federal de Psicologia, não conteve a emoção por falar no mesmo plenário que foi ocupado por Marielle Franco (vereadora assassinada em uma emboscada, junto com seu motorista, Anderson Pedro Gomes, em 14 de mar-

ço de 2018). “Muitas são as nossas lutas, porque muitas são as dívidas da história e do estado brasileiro com a gente (...). Se olharmos para a história recente do nosso país, veremos que os grandes movimentos de resistência e de transformação social também contaram com a ampla participação de psicólogas e psicólogos e isso expressa, com muita precisão, nossa capacidade enquanto agentes sociais de, efetivamente, provocar mudanças em nosso país”.

O principal homenageado da noite, Pedro Paulo Bicalho, falou “eu, aqui, represento muita gente que têm trabalhado para construção e transformação da Psicologia nesse país, dessa psicologia que verdadeiramente faz sentido para aqueles e aquelas que entendem que a nossa profissão só faz sentido se for uma profissão em prol do enfrentamento de todas as opressões”.

“Hoje é também uma homenagem aos 60 anos da Psicologia brasileira, mas o que é afinal que estamos comemorando hoje? Eu arrisco dizer que a comemoração não é relacionada ao 27 de agosto de 1962, dia em que João Goulart assinou a lei que regulamentava nossa profissão. A comemoração é do que a gente fez com essa profissão! A comemoração não é da assinatura a 60 anos atrás, mas é sobre o que aconteceu a partir disso. Nós transformamos a Psicologia desse país. Nós avançamos. Nós descolonizamos a Psicologia. Não precisamos mais ler somente autores do Hemisfério Norte. Nós lemos uns aos outros. Não se faz uma Psicologia descolonizada sem pensar o quanto o racismo, o machismo e a LGBTIfobia nos atravessa nesse país. Portanto é dessa Psicologia que é a comemoração do dia de hoje”, discursou, contundente, Pedro Paulo.

De fato, essa é a Psicologia que tanto nos orgulha, uma profissão comprometida ética e socialmente. ■

11º COREP-RJ ELEGE A MAIOR DELEGAÇÃO DO BRASIL COM 24 DELEGADAS PARA O CNP



CONFIRA AQUI COMO FORAM OS 3 DIAS DO CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

48

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ – promoveu, entre os dias 8 e 10 de abril, no Centro do Rio de Janeiro, a 11ª edição do Congresso Regional de Psicologia – COREP -, reunindo cerca de 156 delegadas, entre psicólogas e estudantes, vindas todas as regiões do estado.

Em três dias de evento, foram debatidas e votadas as 172 propostas aprovadas durante a etapa anterior, os Pré-Congressos, ocorridos entre outubro de 2021 e janeiro deste ano.

O 11º Corep-RJ também foi uma edição diferente das outras: atravessada pela pandemia da Covid-19, arrefecida devido à ampla vacinação da população, mas ainda trazendo riscos, a gestão do CRP-RJ realizou o evento presencial promovendo testagem gratuita para todas as participantes, além de incentivar o uso de máscaras em todos os ambientes.

Essa preocupação com a saúde de todas não podia ficar de fora da organização do principal evento de uma profissão que tem como maior prerrogativa o cuidado.

ABERTURA

O 11º Congresso Regional de Psicologia teve início com a fala de Julia Nasser (CRP 05/33796), conselheira e integrante da Comissão Organizadora – Comorg – do evento, que salientou: “mesmo que tenha sido um desafio executar 22 pré-Congressos totalmente online, tivemos uma boa participação da categoria nesse processo. Conseguimos fazer 20 eventos preparatórios e 23 pré congressos que contaram com cerca de 2 mil pessoas psicólogas e psicólogos. Nacionalmente, nós somos a maior delegação de psicólogas do COREP e esse foi um esforço de valorização da profissão e do processo”.

Em seguida, Rodrigo Acioli (CRP 05/33761), conselheiro do Conselho Federal de Psicologia, falou “é muita satisfação estarmos aqui representando o Conselho Federal, primeiro por estar nesse espaço e pela história dessa instituição e, em segundo lugar, é uma satisfação porque o COREP é um dos eventos mais importantes da Psicologia. Ele coloca em prática o ideal de termos uma profissão democrática e coerente, com as demandas sociais que vivemos”.

Por fim, Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), conselheiro presidente do CRP-RJ, trouxe uma contextualização histórica sobre a Psicologia e todos os processos participativos com os quais o Sistema Conselhos conduz a profissão. “Eu não conheço outra profissão que tenha um código de funcionamento democrático



que, de forma sistemática, se organize em torno de congressos regionais e nacionais a fim de construir coletivamente deliberações para a profissão. Por isso, fica aqui o orgulho de um momento como esse, de ser psicólogo e de testemunhar a história da Psicologia brasileira construída a partir desse tipo de iniciativa”, ressaltou. “Foi em 1994 que ocorreu o I Congresso Nacional de Psicologia que foi uma iniciativa de extrema importância para a democratização da Psicologia, tornando a categoria cada vez mais próxima e participativa em relação às decisões e rumos da gestão nos Conselhos, e da própria profissão”, contou Bicalho.

Após a mesa de abertura, foi feita a eleição da mesa diretora para condução dos trabalhos durante o COREP, tendo sido eleitas as psicólogas Julia Nasser, Rodrigo Acioli e Cláudia Simões (CRP 05/30182).

Em seguida, o Regimento Interno do 11º COREP foi lido, votado e aprovado com modificações pela plenária, que elegeu também uma comissão eleitoral para acompanhar a apuração do processo de eleição das (os) delegadas (os) para o Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que ocorrerá em Brasília.

50

GRUPOS DE TRABALHO

O 2º dia do 11º COREP foi marcado pelos debates das propostas. As (os) delegadas (os) dividiram-se em quatro grupos de trabalho para apreciar e aprovar as propostas a serem enviadas para votação final no CNP.

Cada grupo de trabalho reunia as propostas nacionais pertinentes a um dos três eixos temáticos do COREP, que são: Eixo 1: Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia; Eixo 2: Defesa



do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas; Eixo 3: O fazer ético e científico da Psicologia no trabalho em saúde mental.

Já o 4º grupo de trabalho reuniu as propostas de regionais de todos os eixos, isto é, aquelas que servirão como diretriz para a atuação apenas do CRP-RJ.

PLENÁRIA FINAL E ELEIÇÃO DE DELEGADAS

O último dia do evento foi marcado por mais debates nos grupos de trabalho (na parte da manhã) e, à tarde, ocorreu a plenária final, com a eleição da delegação que representará o

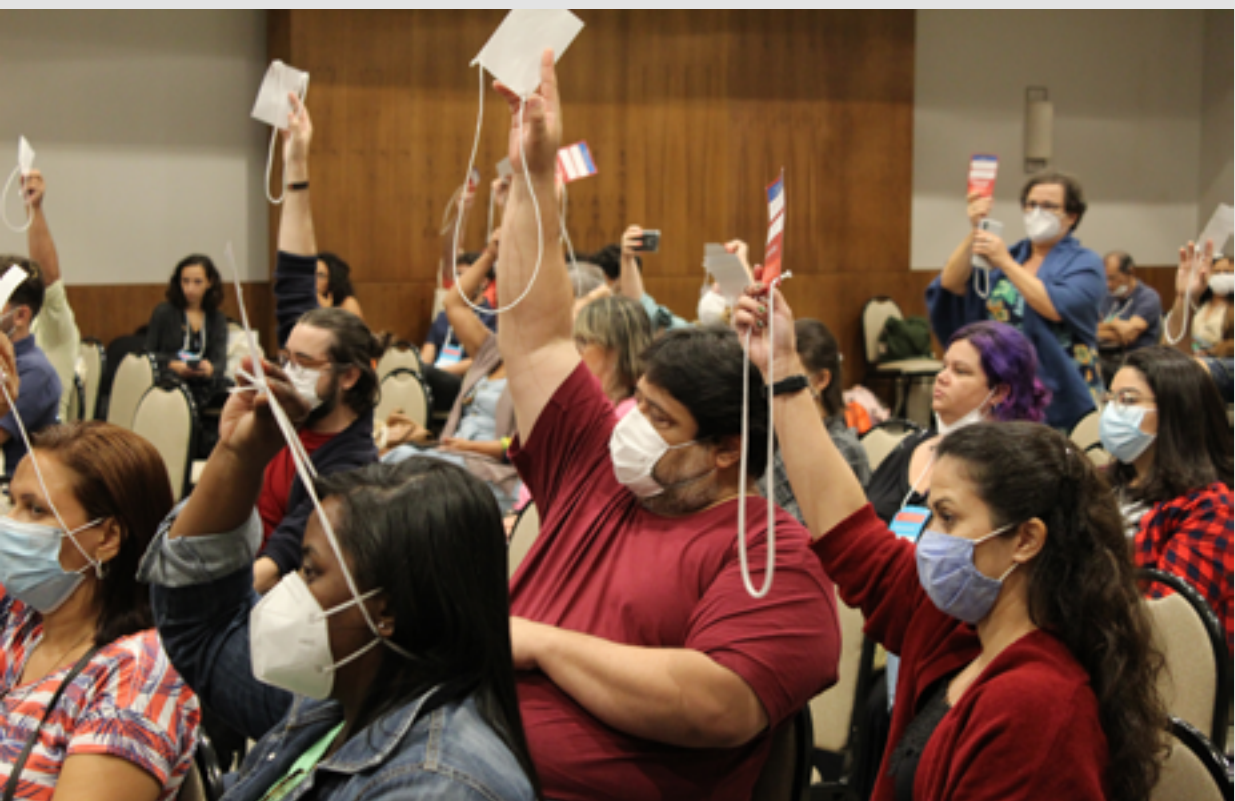
estado do Rio no 11º CNP. Também foi aprovado o trabalho realizado pelos quatro grupos.

De acordo com o regulamento do 11º CNP, cada COREP poderá enviar um máximo de dez propostas nacionais de cada eixo, não havendo, porém, um limite para aprovação de propostas

regionais. Assim, a plenária final referendou 30 propostas para o CNP (dez para cada eixo) e 58 propostas de âmbito regional.

Na sequência, foi feita a eleição de delegadas. Conforme o

quórum de profissionais presentes na plenária final, poderiam ser eleitas 24 psicólogas para o CNP, sendo 16 vagas para ampla concorrência e oito vagas reservadas para psicólogas que se autodeclarassem negros, índios, quilombolas, membros da comunidade LGBTI ou pessoas com deficiência.



A delegação do Rio de Janeiro também está bem representada pelas diversas regiões do estado, confirmando a mobilização da categoria e reafirmando a diversidade e a descentralização da Psicologia fluminense.

Foram eleitas para representar o Rio de Janeiro no CNP: Céu Silva Cavalcanti (Rio), Julia Horta Nasser (Rio), Caíque Azael Ferreira da Silva (Rio), Conceição de Maria Gama Carvalho Mathias (Campos), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Rio), Maycon da Silva Pereira (Cabo Frio), Juliana Gomes da Silva (Baixada), Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez (Região Serrana), Francyne dos Santos Andrade (Região Serrana), Viviane Siqueira Martins (Baixada), Micael Jayme Casarin Castagna (Rio), Thaís Vargas (Rio), Jorge Peixoto (Baixada), Claudia Simões Carvalho (Rio), Mônica Valéria Affonso Sampaio (Baixada), Rodrigo Acioli Moura (Rio), Erika Barbosa de Araújo (Baixada), Assuena Alves dos Santos Assis (Baixada), Lucas Gabriel de Matos Santos (Rio), Thaís Lourenço (Baixada), Luciana Janeiro Silva (Baixada), Marinaldo Silva Santos (Rio), Yvanna da Silva Brito (Baixada) e Luiz Antônio Braga de Farias Júnior (São Gonçalo).

As delegadas suplentes foram: Ismael Damas (Região Serrana), Héder Lemos Bello (Rio), Filipe Degani Carneiro (Rio), Débora Esteves Müller (Rio), Thiago Benedito Livramento Melicio (Rio), Isabel Scrivano Martins (Rio), Maira Amaral de Andrade (Baixada), Claudia Ferreira Pinto da Silva, Janaina Sant Anna Barros da Silva e Carina Augusto da Cruz (Baixada).

As delegadas estudantes titulares foram Suelen de Lima Thomaz Saturnino e Mykaella Moreira dos Anjos. As suplentes: Mariana Patrocínio Melo de Souza e Viviane Nogueira Reis.

Ainda na plenária final, foi apresentada também a chapa que se inscreveu para concorrer na eleição para o CRP-RJ: “Ética e Democracia em Defesa da Psicologia”. ■



UM BALANÇO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE EVENTOS

A Comissão Especial de Eventos segue, desde o começo da gestão do XVI Plenário, comprometida com a construção de atividades para a categoria, em diálogo com as diretrizes aprovadas no 10º COREP-RJ e com as indicações feitas por psicólogos e psicólogas do Rio de Janeiro ao CRP-RJ.

53

Uma das principais atividades realizadas pela Comissão até o momento foi a 14ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, que aconteceu em agosto de 2021. A Mostra, consolidada na agenda fluminense de eventos da Psicologia, não pode ser realizada em 2020 em função da pandemia. Mas, em 2021, mesmo com a pandemia, o CRP-RJ decidiu realizar o evento de forma 100% virtual, fato inédito desde a criação da Mostra.

Apesar dos muitos desafios, entregamos à categoria um evento gigante! Foram 2056 inscritos, entre profissionais da psicologia, estudantes e profissionais de outras áreas. 422 práticas profissionais foram submetidas em forma de resumos e avaliadas não apenas pela Comissão Científica, como também pela COF em casos de indícios de infração ética. A participação da COF no evento nesses moldes é novidade, e a ideia da Comissão Organizadora do evento era de tornar

a Mostra um evento que também ajudasse a orientar a categoria em suas práticas. Ao fim, 315 trabalhos foram apresentados, sobre as mais diversas possibilidades de práticas profissionais, de todos os cantos do estado.

Além das apresentações de trabalhos, a Mostra contou com 08 mesas de debate e 02 conferências, com a participação de 28 convidados externos. Além disso, contamos com o trabalho de 25 monitores, estudantes de Psicologia do estado do Rio de Janeiro e com uma Comissão Científica de 23 membros.

Muito nos orgulha ter construído um evento tão potente para a categoria. Já estamos animados para a 15ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, com previsão de realização no segundo semestre de 2022. Fique atenta nas redes do CRP-RJ e participe!

Além da Mostra, a Comissão de Eventos esteve envolvida na construção de alguns espaços nos últimos meses. Se liga:

- ➔ Roda de conversa “A violência Psicológica contra a mulher e a lei 14.188: novas questões para a psicologia e justiça” realizada em setembro.
- ➔ Seminário de 15 anos do CREPOP - realizado no mês de novembro, em parceria com a CRPPP;
- ➔ Encontro do Eixo de Direito à Cidade - estivemos no apoio à construção do Encontro realizado em dezembro pelo Eixo de Direito à Cidade da Comissão de Direitos Humanos. ■

** texto de autoria dos integrantes da Comissão de eventos.*



INFORME DO NÚCLEO PSICOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA

O Núcleo Psicologia e Sistema de Justiça busca debater as práticas da Psicologia nas instituições judiciais e, por não entender essas isoladas de redes de atendimento e de garantia de direitos, também abrange outros locais de atuação em interface com a Justiça. Para tanto, trabalhamos em conjunto com outros núcleos e comissões. A partir de um olhar crítico e construtivo, objetiva-se ampliar o diálogo com a categoria acerca dessas atuações e promover reflexões sobre os principais temas atuais neste contexto.

Um dos temas de destaque foi Alienação Parental, tendo em vista haver um grupo de trabalho no CFP que orientou os Conselhos Regionais a promoverem debates. Nós organizamos duas atividades: uma live intitulada “Alienação Parental: um debate sobre o fazer ético-político da Psicologia”, em setembro de 2020, disponível nas redes sociais do CRP-RJ; e uma roda de conversa on line restrita a pessoas inscritas com o objetivo de proporcionar um debate com maior participação.

Tomados pelas imposições da pandemia, buscamos promover reflexões sobre as novas formas de trabalho e produzimos um questionário on line para conhecer a realidade profissional durante a pandemia, em articulação com outros núcleos e comissões. O resultado também foi apresentado em formato de live, em abril de 2021, disponível nas redes sociais do CRP-RJ, apontando os principais pontos abordados no questionário.

Para conhecer outras atuações e entrar em contato conosco, escreva para nucleojusticacrprj@gmail.com ■

** texto de autoria dos integrantes do Núcleo de Justiça*

SAIBA MAIS SOBRE O NÚCLEO DE PSICOLOGIA E ESPORTE DO CRP-RJ

O Núcleo de Psicologia e Esporte do CRP-RJ é um desdobramento do Grupo de Trabalho que se iniciou em 2009. Desde o início de seu funcionamento como Núcleo, vem buscando manter debates sobre aspectos de base do fenômeno esportivo, interrelacionando-os com as possíveis consequências para a prática profissional do psicólogo, privilegiando um olhar crítico e construtivo. Os objetivos do Núcleo são mapear, orientar e divulgar a atuação do profissional de psicologia do esporte, constituindo espaços de discussão junto à categoria e produzindo materiais de diversos tipos.

Durante a pandemia de Covid-19, as atividades permaneceram de maneira remota, sofrendo com as limitações do cenário social. Mesmo assim, foi possível participar de diversos eventos dentro e fora do Sistema Conselhos, como: publicação de capítulos sobre emergências e desastres e sobre clínica na psicologia do esporte; participação em reuniões dos núcleos de esporte dos Conselhos Regionais; realização e participação em lives sobre o esporte na pandemia e políticas públicas para crianças e adolescentes, respectivamente; participação em mesas redondas em eventos do CRP-RJ e Associação Brasileira de Psicologia do Esporte. ■

** texto de autoria dos integrantes do Núcleo de esporte*

